

Sumário

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

1. Conceito	23
2. Terminologia	25
3. Amplitude	28
4. Fundamento e conteúdo	29
5. Características	31
6. Gramática dos direitos humanos	33
7. Interpretação conforme os direitos humanos	34

Capítulo II RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO E DIREITOS HUMANOS

1. Conceito de responsabilidade internacional	37
2. Finalidades da responsabilidade internacional.....	38
3. Características da responsabilidade internacional	38
4. Natureza jurídica da responsabilidade internacional.....	39
5. Obrigações <i>erga omnes</i> e normas internacionais de <i>jus cogens</i>	41
6. Responsabilidade do Estado no sistema interamericano.....	44
7. Imunidade de jurisdição dos Estados em matéria de direitos humanos	45

Capítulo III GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	47
2. Inspiração da Revolução Francesa.....	47
2.1. Primeira geração (liberdade).....	48
2.2. Segunda geração (igualdade).....	48

2.3. Terceira geração (fraternidade).....	48
2.4. Quarta geração (solidariedade).....	49
2.5. Quinta geração (esperança).....	49
3. As gerações de direitos na jurisprudência do STF.....	50
4. Críticas ao sistema geracional.....	51

Capítulo IV

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Precedentes históricos.....	55
1.1. O direito humanitário.....	56
1.2. A Liga das Nações.....	57
1.3. A Organização Internacional do Trabalho.....	57
2. Contribuições dos precedentes.....	58
3. Emergência do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	59
4. Estrutura normativa do sistema internacional de proteção.....	61
4.1. Sistema global.....	61
4.2. Sistemas regionais.....	62
4.3. Coexistência dos sistemas.....	62
5. Corte Internacional de Justiça e proteção dos direitos humanos.....	63

Capítulo V

AS NAÇÕES UNIDAS E A PROMOÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. A Carta da ONU e a promoção dos direitos humanos.....	65
2. Direitos humanos e reserva de jurisdição interna: o art. 2.º, § 7.º, da Carta da ONU.....	67
3. Ausência de definição da expressão “direitos humanos e liberdades fundamentais”.....	70
4. Um passo rumo à Declaração Universal de 1948.....	70

Capítulo VI

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	73
2. Estrutura da Declaração Universal.....	75
3. Natureza jurídica da Declaração Universal.....	77
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	79
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal.....	83

Capítulo VII

PACTOS INTERNACIONAIS DA ONU
DE 1966 E MECANISMOS CONVENCIONAIS DE MONITORAMENTO

1. A criação dos mecanismos de proteção	85
1.1. Por que dois Pactos Internacionais?	85
1.2. Finalidade dos Pactos de 1966.....	87
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	88
3. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos...	91
4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	94
5. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	98

Capítulo VIII

MECANISMOS GLOBAIS NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Entendimento do tema.....	101
2. O papel da Comissão (Conselho) de Direitos Humanos.....	102
3. A Resolução 1.235 do ECOSOC (<i>apartheid</i> e demais temas).....	103
4. A Resolução 1.503 do ECOSOC (procedimento confidencial).....	105
5. Revisão Periódica Universal (sistema <i>peer review</i>).....	108
6. Mecanismos não convencionais e o Brasil.....	110

Capítulo IX

SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO

1. Sistema europeu	113
1.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos	115
1.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	116
1.3. Sentenças da Corte.....	118
2. Sistema interamericano.....	119
2.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos	119
2.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Interamericana)	122
2.2.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	122
2.2.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos	125
2.3. Exequibilidade doméstica das decisões da Corte Interamericana.....	128
3. Sistema africano	130
3.1. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	131
3.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Africana).....	132
3.2.1. Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	132
3.2.2. Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	133
4. Mundo árabe.....	135

5. Ásia	137
6. Quadro sinótico dos sistemas regionais.....	138

Capítulo X

CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA

1. Introdução.....	139
2. Natureza jurídica.....	141
3. Direito à democracia e obrigação de sua proteção	143
4. Democracia e direitos humanos	144
5. Democracia, desenvolvimento integral e combate à pobreza	145
6. Ruptura da ordem democrática e retorno ao <i>status quo</i>	145
7. Democracia e as missões de observação eleitoral.....	147

Capítulo XI

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL

1. Introdução.....	149
2. O Mercado Comum do Sul e os direitos humanos	149
3. Normativa internacional.....	150
3.1. Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998)	150
3.2. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Mercosul (2005)	152
3.3. Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul – Ushuaia II (2011).....	153
4. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos – IPPDH.....	154
5. Infraestrutura para proteção e promoção dos direitos humanos no Mercosul ..	156
6. Conclusão.....	157

Capítulo XII

DIREITO INTERNACIONAL PENAL

1. Introdução.....	159
2. Precedentes históricos do TPI.....	159
2.1. O legado do Holocausto e o Tribunal de Nuremberg	160
2.2. Outros tribunais internacionais (Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda)	161
3. O Tribunal Penal Internacional.....	163
4. Características do TPI.....	164
4.1. Natureza supraconstitucional (centrífuga).....	164
4.2. Tribunal independente	165
4.3. Órgão subsidiário.....	166

4.4. Justiça automática	166
5. Estrutura e funcionamento do TPI.....	166
6. Impossibilidade de reservas do Estatuto.....	170
7. Competência material do TPI.....	170
7.1. Crime de genocídio.....	170
7.2. Crimes contra a humanidade	170
7.3. Crimes de guerra.....	171
7.4. Crime de agressão	172
8. A responsabilidade penal individual.....	173

Capítulo XIII

INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

1. Introdução.....	175
2. Processo de celebração de tratados na forma do art. 5.º, § 3.º, da Constituição	178
3. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente de aprovação qualificada.....	183
4. Efeitos dos tratados “equivalentes às emendas constitucionais”.....	185
4.1. Reforma da Constituição	186
4.2. Impossibilidade de denúncia.....	190
4.3. Tratados como paradigma do controle concentrado de convencionalidade....	194
5. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (antes ou depois da EC 45/2004)	194
6. Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos.....	196
7. Os tratados de direitos humanos como paradigmas à federalização das graves violações de direitos humanos: o incidente de deslocamento de competência (CF, art. 109, V-A e § 5.º)	198
8. Interpretação dos tratados de direitos humanos e o princípio <i>pro homine</i>	200
9. Conclusões acerca do procedimento brasileiro de incorporação de tratados internacionais: “sistema único diferenciado”	201

Capítulo XIV

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

1. Introdução.....	203
2. A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano	205
3. O controle de convencionalidade no Direito brasileiro.....	211
3.1. Controle concentrado de convencionalidade.....	211
3.2. Controle difuso de convencionalidade.....	214
4. Controle de supralegalidade	216
5. Devido processo convencional.....	217

5.1. Devido processo convencional internacional	218
5.2. Devido processo convencional interno.....	219
6. Conclusão.....	221

PARTE II

PARTE ESPECIAL

Capítulo XV

DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

1. Direitos humanos das mulheres.....	226
1.1. Normativa internacional de proteção.....	227
1.2. Decisão internacional e consequências no plano interno	231
1.3. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	234
1.4. (Des)criminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez.....	236
2. Direitos humanos dos idosos	237
2.1. Normativa internacional de proteção.....	238
2.2. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015)	243
2.3. Proteção jurídica da pessoa idosa no Brasil.....	245
3. Direitos humanos das crianças e adolescentes.....	247
3.1. Normativa internacional de proteção.....	248
3.2. Direitos humanos das crianças e adolescentes na jurisprudência interna	252
3.3. Redução da maioridade penal no Brasil	254
3.4. Lei Menino Bernardo (Lei n.º 13.010/2014).....	255
4. Direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais	257
4.1. Conceito de “povos indígenas” e “comunidades tradicionais”	259
4.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965)	260
4.3. Da visão integracionista à sociedade pluriétnica: as Convenções n.º 107 e n.º 169 da OIT	261
4.4. Marcos atuais: Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).....	266
4.5. Proteção dos povos indígenas no sistema interamericano de direitos humanos	267
4.6. O caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.....	271
4.7. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016).....	272
5. Direitos humanos das pessoas com deficiência	286
5.1. Conceitos.....	287
5.2. Instrumentos internacionais de proteção	290

5.3.	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	291
5.4.	Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015).....	294
5.5.	Acesso à leitura às pessoas cegas ou com deficiência visual (Tratado de Marraqueche)	295
6.	Direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, <i>queer</i> , intersexuais, assexuais e + (comunidade LGBTQIA+)	301
6.1.	Normativa internacional de proteção.....	306
6.2.	Casos internacionais emblemáticos.....	309
6.3.	União homoafetiva na jurisprudência do STF	316
6.4.	União homoafetiva na jurisprudência da Suprema Corte dos EUA	318
6.5.	União homoafetiva na jurisprudência da Corte Constitucional da Colômbia	319
6.6.	Obrigações estatais relativas à mudança de nome, à identidade de gênero e aos direitos decorrentes de vínculo entre pessoas do mesmo sexo (Opinião Consultiva n.º 24/2017 da Corte IDH).....	319
6.7.	Criminalização dos atos de homofobia e transfobia pelo STF.....	323
7.	Direitos humanos dos refugiados	325
7.1.	Regulamentação internacional.....	326
7.2.	Regulamentação interna	328
7.3.	A questão dos migrantes	331
8.	Direitos humanos dos consumidores	333
8.2.	Proposta de normativa interamericana de proteção	336
9.	Direitos humanos das pessoas em situação de rua.....	337
9.1.	O que é a “situação de rua”?.....	338
9.2.	Discriminação e estigmatização das pessoas em situação de rua.....	339
9.3.	Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Decreto n.º 7.053/2009) .	341
9.4.	Guia do Ministério Público para a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.....	345
9.5.	Obrigações internacionais dos Estados na proteção das pessoas em situação de rua	349
9.6.	Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	351

Capítulo XVI

LEIS DE AUTOANISTIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1.	Introdução.....	355
2.	Justiça de transição e leis de autoanistia	355
3.	Leis de autoanistia e o dever de perseguir as violações de direitos humanos.....	358
4.	Posição da Corte Interamericana sobre as leis de autoanistia.....	359

4.1. Primeiros precedentes (casos “Barrios Altos”, “Almonacid Arellano” e “La Cantuta”)	359
4.2. A Corte Interamericana e o Brasil (caso “Gomes Lund” – “Guerrilha do Araguaia”)	361
5. Obrigação de controlar a convencionalidade das leis de autoanistia	363
6. Direito à verdade e à justiça e sua implementação no Brasil	365
7. Conclusão.....	368

Capítulo XVII

DIREITOS COMUNICATIVOS E ACESSO LIVRE À INTERNET

1. Conceito de direitos comunicativos	369
2. Limites aos direitos comunicativos.....	373
3. Espécies de direitos comunicativos	375
4. Formas de violação dos direitos comunicativos	375
5. Marco Civil da Internet no Brasil	375
5.1. Direitos humanos como fundamento do Marco Civil da Internet.....	376
5.2. Acesso à Internet como essencial ao exercício da cidadania.....	376
5.3. Direito humano ao acesso livre à Internet.....	378
6. A questão das “mídias sociais”	379
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	381
8. Direitos comunicativos e “direito ao esquecimento”	390
9. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos	396

Capítulo XVIII

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	397
2. Os primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2)	398
3. O 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).....	399
4. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos	401
4.1. Princípios de Paris sobre as Instituições Nacionais de Direitos Humanos.....	401
4.2. Finalidade, composição e missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	403
5. Conclusão.....	406

Capítulo XIX

MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E POLÍCIA JUDICIÁRIA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	407
2. Ministério Público na defesa dos direitos humanos.....	408
2.1. Instrumentos de tutela.....	408

2.2.	Defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais	408
2.3.	Defesa do direito à educação	409
2.4.	Competência para deflagrar o controle concentrado de convencionalidade ...	409
2.5.	Aferição e controle de convencionalidade difuso pelo Ministério Público.....	410
3.	Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos	414
3.1.	Acesso à justiça e as “100 Regras de Brasília”	415
3.2.	Defensor Interamericano	416
3.3.	Resoluções 2.656 (XLI-O/11) e 2.801 (XLIII-O/13) da OEA sobre a importância dos defensores públicos oficiais e fortalecimento da Defensoria Pública	417
3.4.	Defensoria Pública e defesa dos direitos humanos.....	418
3.5.	Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i>	419
4.	Polícia Judiciária na defesa dos direitos humanos.....	422
4.1.	As “100 Regras de Brasília” e sua observância pelo Delegado	423
4.2.	Resolução 43/173 da ONU	424
4.3.	Lei n.º 12.830/13 como garantia complementar ao bloco de convencionalidade	425
4.4.	Aferição de convencionalidade pelo Delegado de Polícia	426
4.5.	Contraditório e ampla defesa no inquérito policial.....	427
5.	Conclusão.....	428

Capítulo XX

EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução.....	429
2.	Educação em direitos humanos	430
3.	Por uma cultura de direitos humanos	432
4.	O papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU na consolidação da educação em direitos humanos	433
5.	Normativa das Nações Unidas sobre educação e formação em matéria de direitos humanos.....	434
6.	Conclusão.....	435

Capítulo XXI

SOBERANIA E DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução.....	437
2.	Há soberania no plano internacional?	438
3.	Dois fundamentos irreconciliáveis	440
4.	Direitos humanos e flexibilização da soberania.....	441
5.	Conclusão.....	442

Capítulo XXII

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	443
2. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU (2011)	446
3. Informe da Comissão Interamericana sobre povos indígenas, comunidades afrodescendentes e indústrias extrativistas (2015)	454
4. Projeto de convenção da ONU sobre empresas transnacionais e direitos humanos.....	458
5. <i>Compliance</i> na proteção dos direitos humanos.....	459
6. Racismo ambiental.....	461
7. Direitos humanos das empresas?	462
8. Meio ambiente e direitos humanos (Opinião Consultiva 23/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos)	463
9. Conclusão.....	465
Referências Bibliográficas.....	467
Obras do Autor	491